

APRENDER A SER CIDADÃO  
TAMBÉM NA ESCOLA

*Ana Maria Jansen Matias\**

PINSKY, Jaime. *Cidadania e Educação*. São Paulo, Ed. Contexto, 1998, 135p.

Jaime Pinsky é historiador e defendeu sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo. É professor titular da Unicamp, tendo também sido professor da Unesp. É autor de vasta obra sobre cidadania e sua preocupação nesse campo leva-o a realizar palestras por todo o Brasil; além de escrever para órgãos não especializados e ter publicados seus artigos em veículos de grande circulação nacional. É, ainda, diretor da Editora Contexto.

De uma forma agradável, e por vezes cômica, leva a visão do historiador para o cotidiano e faz dessa mescla seu vasto campo de pesquisa e reflexão.

O livro é baseado numa coletânea de artigos escritos pelo autor e publicados entre 1994 e 1997 nos jornais paulistas *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal da USP*.

---

\* Ana Maria Jansen Matias é Administradora de Empresas, mestranda em comunicação e educação na Universidade Anhembi-Morumbi e professora na Faculdade São Luís.

O autor aborda em seis capítulos os conceitos de cidadania e educação, exemplificando-os no cotidiano.

Morador da cidade de São Paulo, refere-se a ela com intimidade e paixão; nem sempre tão enaltecedora quanto poderia parecer à primeira vista.

Na primeira parte do livro, são enfocados problemas havidos desde a descoberta do Brasil. Consegue o autor provar, através do nosso cotidiano, o quão válidos são até hoje conceitos e preconceitos tidos por verdades absolutas àquele tempo.

A controversa criação do Estado brasileiro antes da criação da Nação brasileira deixa sem identidade e principio ideológico partidário grande parte de sua população. Por outro lado, fazendo com que uma única sociedade se segmente em subsociedades de valores, direitos e deveres por vezes conflitantes.

Fala-nos acerca da formação do cidadão nacional e do quanto o superlativo faz parte de sua forma de ser; utilizando expressões tais como: ao invés de não se gostar de algo dizer-se que se odeia algo; ao invés de se estar contente dizer-se que se está eufórico; ao invés de se nominar algo como mudança, chamar-lhe revolução.

Posiciona a existência de uma legislação e a dificuldade de se ter interpretações coesas da mesma para todas as camadas da população. A existência da Lei sugere a falência de uma sociedade patriarcal, embora a interpretação de seu teor com diferenças para mais ou menos agraciados nos sugira que ainda não chegamos ao status de sociedade complexa, baseada em contratos sociais e que só funciona se todos os cumprirem.

Estamos, pois, ainda muito longe de chegar a algo que se possa denominar prática da cidadania. As grandes diferenças sociais embasam esse preceito.

A sociedade cria leis para organizar-se. Vivemos em um país onde o próprio executor da lei a transforma por discernimento próprio. É preciso que se altere a concepção de que a conveniência individual é superior aos interesses da maioria. Assim, sempre que a ação por aí caminhar, temos cada vez menos a prática das regras de convivência sem as quais a identidade social de que deveríamos ser signatários inexistente.

Há uma maior preocupação no legislador brasileiro em proteger o cidadão de si mesmo do que de protegê-lo dos outros cidadãos. Essa

preocupação é decorrente de uma cultura histórica bacharelista de que fomos alvo e que supõe dar-se mais valor à letra que à intenção da lei. Se assim não fosse, não pagaríamos altos honorários para que alguém que nos representasse procurasse encontrar pontos falhos na lei por onde pudéssemos embasar o seu não cumprimento.

Claro está que, desta forma, passamos a ter uma lei que normatiza a relação de iguais; por termos iguais “mais” e “menos” iguais passamos a ter interpretações mais e menos rígidas da mesma lei.

A cultura que incorporamos é derivada de grandes diferenças culturais, financeiras, intelectuais e sociais. O fato de, por exemplo, ser comum o “pagamento de gorjetas altas poderia ser sinônimo de poder, distanciamento, pseudogenerosidade e expiação de culpas ancestrais”. Desta forma, por mais que a sociedade dos iguais mais iguais participe política, social e ideologicamente com a convicção de que está ajustada à confluência social, da igualdade absoluta, demonstra-o inversamente quando necessita realizar algo em seu âmbito particular.

No início da criação do mundo, o homem tinha de suprir sozinho suas necessidades. Com o aparecimento de grupos sociais, passou-se a fazer um escalonamento de deveres de forma a que todos tivessem uma participação ativa no grupo. O autor coloca o individualismo exacerbado de nossa sociedade e do quanto se inviabiliza que os outros membros dela possam efetuar a sua contribuição a contento. Criaram-se tantas e tão vastas “criaturas” na moderna sociedade que hoje corremos o risco de que elas devorem seu “criador”.

O maior perigo dessa falta de cidadania está na inobservância de que o isolamento daqueles que se sentem superiores seja tão grande e acirrado que se tenham de criar cidadelas protetoras aos vários tipos de subsociedades que serão derivadas de segregações diversas.

A segunda parte do livro leva-nos à trilogia educação, professor, cidadania.

O professor, figura conceitualmente importante dentro da comunidade tal qual o juiz ou o médico, vem, ao longo dos tempos, perdendo gradativamente seu status de colaborador e controlador social. A consequência disso é que a falta de boa formação acadêmica gera professores de baixa qualidade, que recebem salários menores, têm menos oportunidades de reciclagem profissional, precisam de maior quantidade de aulas para manterem um mínimo padrão de vida e, em decorrên-

cia disso, haverá profissionais menos qualificados para o mercado de trabalho. Este círculo vicioso só poderá ser quebrado se, e quando o Estado como perceptor do ensino público tomar alguma atitude drástica. A falta de oportunidades iguais para todos é a crença absoluta da não cidadania. Se o indivíduo começa sua vida escolar nas mãos de um professor mal preparado, mal pago e pouco reconhecido; começará sua vida em desigualdade de condições com aquele que por fugir do poder público e poder arcar com os custos de uma educação privada, terá professores bem preparados, reciclados, bem pagos. É efetivamente um paradoxo. Aqueles que mais precisam do Estado para serem cidadãos são os que menos chances de o ser têm.

Hoje, efetivamente, não podemos pensar a escola como uma caixa de ressonância acrílica. O nível de informação que chega à população através de meios de comunicação como a televisão, por exemplo, são mais amplos e revestidos de roupagem bem mais atrativa do que aqueles que apresentamos numa escola.

Há uma tendência natural a não se conviver ou tentar entender o diferente. O preconceito, embora não conhecido e nominado como tal, existe e é pontuado normalmente sem o conhecimento efetivo do grupo a que se refere. É necessário que a escola dê a conhecer ao aluno as diferenças vitais de grupos étnicos, religiosos, sociais, filosóficos trazendo-os à realidade nacional, possibilitando-lhes integração real e desenvolvimento nacional por meio da educação e da prática da cidadania.

O grande problema talvez seja o de que tipo de escola dar ao povo. Uma das facetas mais terríveis do Brasil é a distância ostensiva entre ricos e pobres. O transporte público mau e sem grandes chances de melhorar e a saúde pública de má qualidade, tem-nos dado a entender o que é “produto” para pobre. A educação pública é para pobre e como tal não revestida de um corpo docente bem remunerado, reciclado.

É um erro julgar que formar um bom professor é caro. Caro é um mau professor que irá formar outros maus profissionais para o mercado. Outro sofisma é culpar pelo mau desempenho educacional o livro didático. Ele também pode ser escolhido se for dada essa possibilidade a quem o adota. É, portanto, necessário que haja um engajamento de toda a sociedade na melhoria do processo educacional e não só de meia dúzia de especialistas.

A concepção que se tem de que a escola é do governo e não da comunidade; a falta de tempo do professor em conhecer e caracterizar

os alunos de acordo com a comunidade em que vivem; a não utilização do prédio da escola como centro cultural e recreativo da comunidade, aos finais de semana; enfim, a não participação de todos conhecendo seus direitos e deveres fica aquém do conceito de cidadania que, ao contrário do que se pensa aprende-se na escola.

Hoje, cada vez mais o público se torna privado; na medida em que por falta de segurança pública se constroem guaritas nas calçadas das ruas para segurança de casas privadas, na medida em que a saúde pública está deficitária e se procuram seguros de saúde privados; na medida em que o ensino público é ineficiente e se procura o ensino privado. É uma realidade que comprova o desrespeito democrático, ou seja, que não propicia cidadania. Por esse prisma do interesse privado acima do público, boa parte dos docentes de universidades públicas dão de quando em vez uma aula aproveitando o resto de seu tempo para cuidar de assuntos particulares que lhes dêem melhores retornos financeiros. A criação da indústria educacional e a falta de preocupação com dar-se condição para a titulação de professores diminui mais ainda a possibilidade do bom ensino público. É bom termos em mente que “sem bons docentes não há ensino decente”.

Está-se acompanhando o desenrolar do problema da pequena quantidade de alunos que ingressou na universidade pública advindos de escolas públicas. Pensa-se diminuir os orçamentos dessas universidades dando-lhes conseqüentemente um corte na excelência. Não há que nivelar o ensino pelo piso inferior; há, sim, que se fazer uma melhoria nos ensinos de primeiro e segundo graus. Por outro lado, comete a universidade pública o erro de demonstrar sua excelência através de infundáveis relatórios técnicos quando deveria fazê-lo na demonstração prática e viável de suas pesquisas acadêmicas; pontuando aí, sim, a cidadania.

O autor finaliza o livro, questionando o futuro do livro no Brasil. Convenciona-se que o brasileiro não lê. Não é real. Lê tudo que lhe interessa: letreiros, cartazes, bilhetes, legendas de filmes. O que não lê realmente são livros. Não os lê por não ter, por vezes, dinheiro para o comprar e, por vezes, vontade de o comprar. É sabido que um grande número de estudantes faz uso da fotocópia para ler. Se ao menos fosse a fotocópia de todo o original...; fica com conceitos truncados do teor da obra e sai de um curso superior, às vezes, sem ter lido um livro inteiro. A desculpa é o custo do livro. É real. Quanto menor a tiragem

de uma obra, maior o seu custo. Quanto menor a tiragem, menor o interesse do autor em continuar editando suas pesquisas. Quanto maior o custo do livro, menor a possibilidade de que tenhamos um dia maior facilidade de o adquirir.

É efetivamente uma obra polêmica, bem estruturada, de leitura fácil e engraçada. *Cidadania e Educação* pode ser um livro utilizável como material didático em salas de aula de qualquer grau de ensino, bem como, ser um livro de cabeceira para cidadãos já formados, com senso crítico e que gostem de através de exemplos do cotidiano ver transferidos e refletidos seus problemas de consciência e cidadania que tanta falta fazem à sociedade deste país.